

REGULAMENTO DE PROJETOS DE I&DI DO CI&DEI

Artigo 1º

Âmbito

1. O presente regulamento visa definir as condições para apresentação e aprovação de iniciativas no âmbito das atividades de investigação do Centro de Estudos em Educação e Inovação, sob a tipologia de Projetos de I&DI do CI&DEI, adiante designados de PROJ/I&DI/CI&DEI.
2. O âmbito dos PROJ/I&DI/CI&DEI não poderá ser dissociado dos objetivos estratégicos, temporários ou permanentes, da Unidade de Investigação e Desenvolvimento (UID).
3. Os PROJ/I&DI/CI&DEI integram atividades científicas e de desenvolvimento que se pretendem agrupar num programa coerente, o qual se pretende validar sob a égide do CI&DEI.

Artigo 2º

Admissibilidade e elegibilidade

1. As propostas a apresentar devem ser redigidas em formulário próprio do CI&DEI disponível em <http://events.ipv.pt/cidei/documentos/>.
2. As propostas devem ter uma durabilidade até um máximo de 24 meses, com descrição detalhada do plano de trabalhos, e outputs esperados que se coadunem com os indicadores prioritários de produção científica do CI&DEI.
3. As propostas devem ter como Investigador Responsável (IR) um investigador integrado do CI&DEI.
4. O Investigador Responsável, deverá nomear na sua candidatura um investigador integrado do CI&DEI, que ficará responsável em caso da sua ausência ou impedimento para continuação no projeto, ou mobilidade do mesmo para outro centro de investigação.
5. Na equipa de investigação podem participar investigadores do CI&DEI, e investigadores, nacionais e internacionais, externos à UID.
6. Não são admitidas candidaturas de investigadores que se encontrem em situação de incumprimento com as normas internas do CI&DEI.
7. Não são admitidas candidaturas em que o objeto de estudo não se enquadre com as linhas de investigação do CI&DEI.

8. Não são admitidas candidaturas em que os outputs esperados não se coadunem com os indicadores prioritários de produção científica do CI&DEI.
9. A equipa do projeto, mediante a assinatura da Declaração de Compromisso (em modelo próprio do CI&DEI), compromete-se a concretizar os objetivos assumidos.

Artigo 3º

Financiamento

1. Os PROJ/I&DI/CI&DEI não são objeto de orçamento próprio, seja atribuído pelo CI&DEI, seja pelos investigadores afetos ao projeto.
2. Os investigadores do CI&DEI que façam parte das equipas dos PROJ/I&DI/CI&DEI podem dispor das verbas que lhes são atribuídas anualmente para utilização no âmbito desses projetos, desde que obedeçam aos termos e regras definidos para o financiamento dos investigadores no Guia do Investigador do CI&DEI, disponível em: http://events.ipv.pt/cidei/wp-content/uploads/2021/12/2021_Guia_Investigador_CIDEI.pdf.
3. Excecionalmente, poderão ser atribuídas verbas a projetos, desde que a sua utilização seja enquadrada nos indicadores prioritários de produção científica da UID. O pedido excecional de verba deverá ser dirigido e justificado ao Coordenador Científico (IP Viseu) ou aos Coordenadores de cada uma das Instituições de Gestão (IP Guarda e IP Leiria), consoante aquela a que o investigador está afiliado, que decidirão a sua eventual atribuição.
4. Os PROJ/I&DI/CI&DEI podem ser apoiados por fontes de financiamento externas ao CI&DEI, por exemplo, empresas ou organizações parceiras que os queiram apoiar financeiramente, sob a forma de serviços ou géneros.

Artigo 4º

Candidatura

1. As candidaturas deverão ser enviadas exclusivamente por email, e dirigidas ao Coordenador Científico (IP Viseu) ou aos Coordenadores de cada uma das Instituições de Gestão (IP Guarda e IP Leiria) consoante aquela a que o investigador está afiliado.
2. Cada candidatura deverá obrigatoriamente indicar em que linha de investigação do CI&DEI se enquadra, sob penalização da não admissibilidade da mesma.

3. As propostas deverão ser enviadas durante o período de candidaturas estipulado pela direção do CI&DEI, que ocorrerá duas vezes ao ano, não havendo aceitação de propostas fora do período de candidatura estipulado.
4. Apenas são admitidas as candidaturas apresentadas no formulário próprio, conforme indicado no Ponto 1 do Artigo 2º do presente regulamento, devidamente preenchido, que reúnam os requisitos exigidos e que sejam, obrigatoriamente, acompanhadas pela Declaração de Compromisso, assinada por todos os participantes da equipa do projeto.

Artigo 5º

Apreciação das candidaturas

1. As propostas serão analisadas e aprovadas pela Direção do CI&DEI, a qual poderá solicitar informações e documentos adicionais que se considerem fundamentais para a avaliação do projeto. Em caso de conflito de interesses a Direção poderá nomear um júri independente para a sua avaliação, no qual poderá constar os coordenadores de linha da área onde se insere o projeto.
2. As reclamações deverão ser feitas nos termos definidos pelo Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 6º

Critérios de apreciação das candidaturas

1. Na apreciação das candidaturas são considerados os seguintes critérios:
 - a) Adequação do projeto apresentado aos objetivos estratégicos do CI&DEI, conforme definido no Art.º 1º do presente Regulamento;
 - b) Relevância do projeto face às necessidades de I&DI e dos objetivos e indicadores prioritários de produção científica do CI&DEI;
2. Serão valorizadas as candidaturas cujas propostas reflitam a associação ou colaboração entre instituições e que permitam, desta forma, a rentabilização de recursos e o maior impacto dos projetos a realizar.

Artigo 7º

Avaliação Final do projeto

1. Após a conclusão do PROJ/I&DI/CI&DEI, o IR deve apresentar, para efeitos de avaliação, um relatório de execução do projeto, o qual deve ser remetido por via eletrónica para o Coordenador Científico (IP Viseu) ou aos Coordenadores de cada uma das Instituições de Gestão (IP Guarda e IP Leiria), consoante aquela a que o investigador está afiliado, num período inferior a 60 dias após a data de conclusão do mesmo.
2. O relatório da atividade desenvolvida deve descrever, de forma resumida, a execução dos trabalhos efetuados, devendo discriminar as publicações e/ou outros resultados decorrentes do projeto. Deve também ser mencionado a produção científica enquadrada nos indicadores prioritários do CI&DEI. O acesso às publicações e outros resultados deve ser garantido por via eletrónica.

Artigo 8º

Divulgação e publicidade

1. A equipa do projeto concede ao CI&DEI o direito de poder dar a conhecer, publicamente, o projeto e alguns aspetos do mesmo (resumo, equipa que o constitui, incluindo a designação dos parceiros, acrónimo, referência e duração).
2. A equipa do PROJ/I&DI/CI&DEI deve fazer menção à referência do projeto e ao CI&DEI, nos termos definidos no Guia do Investigador, em todos os trabalhos decorrentes do mesmo e em todos os materiais eventualmente adquiridos.

Artigo 9º

Entrada em vigor e omissões

1. Este regulamento, depois de devidamente aprovado, entrará em vigor imediatamente após a sua publicitação.
2. Quaisquer omissões serão decididas pela Direção do CI&DEI.

O presente Regulamento de Projetos do CI&DEI foi aprovada pela Direção em 26 de janeiro de 2024.